

Controladoria na Escola

Controladoria Geral do Distrito Federal

Governo do Distrito Federal

Antes do projeto, não predominava interesse dos estudantes em participar da gestão pública. O projeto almeja criar um ambiente de competição saudável em que escolas e comunidade de seu entorno desempenhem atividades de cidadania ativa e de controle social.

Com a competição, as escolas ganham pontos a cada atividade cidadã e ao final do projeto as dez mais pontuadas recebem um prêmio. Entre as atividades cívicas mencionadas, há a oportunidade de o próprio aluno auditar o equipamento público de educação.

Utilizando um aplicativo de celular (desenvolvido em parceria com o M.I.T), o estudante avalia a qualidade de toda a escola, esses dados são compilados identificando o seu problema principal. Em seguida, as causas desse problema são levantadas e um miniprojeto de governança comunitário é proposto para neutralizá-las.

Houve oitenta iniciativas em 2017. As escolas também participam de atividades artísticas e culturais que discutem conceitos de participação e controle social.

Caracterização da situação problema

O projeto foi desenhado para atuar sobre o problema da baixa participação, por parte da sociedade civil do Distrito Federal, nos processos decisórios, no controle, na avaliação das políticas públicas e no processo político. O cenário envolve uma população, historicamente marginalizada do processo de gestão pública, que ainda não se empoderou, se envolveu e participou de maneira cidadã à parte de sua atuação na dinâmica eleitoral. Uma situação em que o público-alvo do projeto não costuma desempenhar atividades que vão além de sua rotina de trabalho, não se engajam em iniciativas comunitárias e espaços de predomínio de ações para benefícios individuais. Em termos de cultura política, a situação atual demonstra que há uma visão de que, no Brasil, a resolução dos problemas públicos é monopólio do Estado e que no tange a resolver questões de governança local não deve haver construção coletiva e co-criação. Não há mecanismos de motivação para promoção da organização civil, exercício da cidadania, acesso aos canais de participação formais e criação de mecanismos de participação informais. É comum ouvir afirmações que ressaltam que é necessário participar da administração pública, mas o fato é que a maioria das pessoas, de todas as classes sociais, desconhecem como. E na própria gestão pública é comum encontrar barreiras a propostas inovadoras que promovam incentivos a esse tipo de atividade, seja por meio da tecnologia, por meio da gamificação, seja por meio da transferência de conhecimento e empoderamento local.

Figura 1 – Equipamento público sucateado



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Estudantes da rede pública do Distrito Federal caminham em meio ao equipamento público sucateado, nota-se que já consideram o estado do equipamento normalizado.

Objetivos da iniciativa

- fomentar a cidadania ativa de estudantes e professores;
- disseminar conhecimentos e práticas de participação e controle social;
- gerar reflexão e ação sobre problemas passíveis de resolução por parte da própria comunidade, por meio da identificação de suas causas e proposição de soluções de governança comunitária;
- reforçar valores éticos individuais, promovendo a consciência e zelo sobre o bem público;

- avaliar a qualidade do serviço público de educação prestado pelo Estado;
- compreender o funcionamento da política pública de educação (seu processo decisório, seu financiamento, direitos e deveres da comunidade em relação à escola);
- empoderar a comunidade para que a atividade de controle social seja contínua e replicável, mesmo após o término do projeto, gerando melhoria contínua;
- fornecer aos gestores públicos de educação informações da ponta para subsidiar seu processo decisório, apresentar aos estudantes e à comunidade os instrumentos de controle social e de avaliação de política pública;
- ampliar os mecanismos de participação social no Distrito Federal.

Figura 2 – Apresentação do gráfico de pareto contendo a análise dos resultados para a comunidade



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Na Figura 2 a professora apresenta para a comunidade do entorno da escola (incluindo pais e mães) o gráfico de pareto contendo a análise dos resultados da auditoria cívica e os problemas que deverão ser atacados pela comunidade empoderada em nível de governança local.

Público-alvo da iniciativa

O público-alvo direto são os estudantes de 8º e 9º anos do ensino fundamental, 1º e 2º anos do ensino médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e alunos de instituições socioeducativas partes do sistema prisional. O público-alvo indireto é a comunidade escolar, que compreende professores, diretores, funcionários administrativos e pedagógicos. Os beneficiários da política compreendem a comunidade do entorno da escola, a própria comunidade escolar, a regional administrativa, os gestores públicos de educação, os gestores públicos da ouvidoria do governo, empresas parceiras que puderam expor suas atividades aos estudantes, a universidade M.I.T., que expõe o projeto em suas apresentações como *case* de como a tecnologia pode causar impacto social e organizações do terceiro setor que trabalhem diretamente com controle social.

Figura 3 – Mãos do time da unidade socioeducativa (prisional)



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Na imagem acima as mãos do time da unidade socioeducativa (prisional), por não poderem ser fotografados no rosto suas fotos são realizadas de maneira a garantir o anonimato.

Descrição das etapas da prática inovadora

A prática do controle social no Brasil é focada na análise contábil pública, não avaliando a qualidade da prestação do serviço, o que é feito por meio de tecnologia inovadora (aplicativo promise tracker, desenvolvido em parceria

com o MIT). Com o empoderamento da população, as comunidades tornam-se proativas civicamente, organizando-se para garantir direitos fundamentais que promovam igualdade, tais como garantir equipamentos públicos acessíveis a pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental. A regulamentação do projeto se dá por meio de portaria publicada pelo poder executivo, criando precedentes legais para a atividade de auditoria cívica em outros equipamentos públicos, como postos de saúde, terminais de transportes e delegacias de polícia. Os *stakeholders* pertencem tanto à comunidade quanto ao poder público, e ao longo do projeto trabalham juntos, permitindo maior precisão no mapeamento das demandas dos usuários do serviço e melhorando a responsividade desses em relação às demandas urgentes. Por fim, o desenvolvimento do projeto é realizado de maneira inclusiva, ou seja, nas atividades participam pessoas de várias raças, gêneros, identidades e classes sociais. Etapas do projeto:

- divulgar o edital do Prêmio Escola de Atitude;
- realizar inscrições das escolas no prêmio;
- realizar oficina de formação dos professores na metodologia de auditoria cívica;
- realizar apresentação da peça *O auto da barca da cidadania*;
- aplicar a metodologia da auditoria cívica;
- produzir relatórios, gerar e enviar os resultados para os gestores escolares e para a secretaria de educação;
- realizar o levantamento de causas dos problemas identificados, utilizando o diagrama de Ishikawa;
- apoiar e monitorar os gestores escolares na resolução dos apontamentos da auditoria cívica que podem ser resolvidos pela escola;
- apoiar e monitorar a secretaria de educação na resolução dos apontamentos da auditoria cívica que não podem ser resolvidos pela escola;

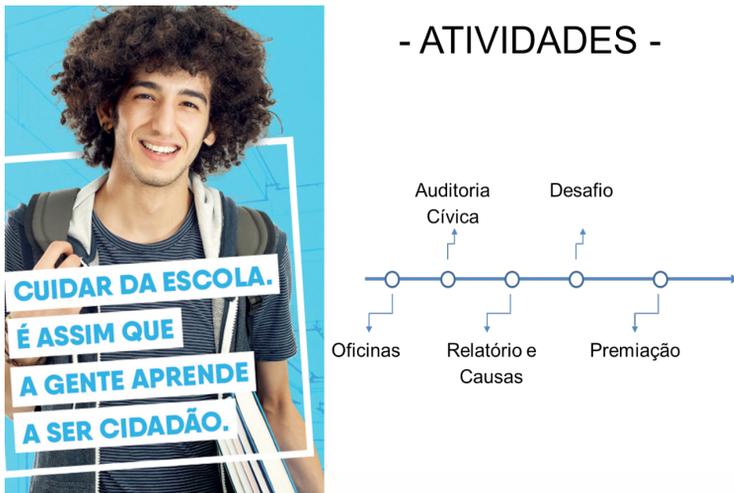
- aferir os resultados dos apontamentos;
- realizar o subprojeto **desafio** em que as escolas deverão realizar um projeto junto à comunidade escolar (pais, alunos, funcionários, professores e comunidade) para resolver de maneira criativa o problema mais crítico identificado nos apontamentos, como baixa sensação de segurança;
- avaliar os desafios realizados pelas unidades escolares;
- realizar as **tarefas especiais**, ações pontuais para aprofundar o envolvimento da escola com a metodologia de auditoria cívica e participação social;
- realizar a premiação das escolas que obtiverem mais pontos nas etapas de auditoria cívica, resolução dos apontamentos, desafio e tarefas especiais;
- realizar a premiação aos professores líderes do projeto nas escolas vencedoras;
- realizar o plano de continuidade da aplicação da metodologia nas escolas vencedoras;

Figura 4 – Os três eixos de trabalho da dinâmica do projeto



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Figura 5 – Fluxograma das atividades do projeto e cartaz de divulgação



Fonte: Imagem produzida pelo autor

A situação hoje

Em 2017 houve 104 unidades escolares participantes. Cada uma envolveu ao menos uma turma de trinta alunos, porém há casos de escolas que envolveram todas as turmas de 8º e 9º anos do ensino fundamental, o que culminou em aproximadamente quatro mil pessoas impactadas diretamente pelo projeto. Duzentos e oitenta professores participaram das atividades e foram formados na atividade de controle social. Foram preenchidos pelos auditores cívicos (estudantes) 7.500 questionários de avaliação, 3.400 alunos foram entrevistados, 891 professores foram entrevistados e mais de 15 mil problemas foram identificados por intermédio da auditoria cívica. A partir desses problemas foram realizados mais de cem levantamentos de causas que foram apresentadas para cem comunidades do entorno do Distrito Federal e culminaram em mais de oitenta miniprojetos realizados para neutralizar tais causas. Além disso foram realizados mais de cem vídeos (pelas escolas) sobre a lei de acesso à informação, duas peças de teatro que atenderam as 4 mil pessoas envolvidas no projeto. Foram resolvidos 1.350 problemas identificados, este número aumentará após a avaliação formal. Também foram realizadas apresentações de teatro nas unidades socioeducativas prisionais do Distrito Federal.

Figura 6 – Números do projeto em 2017



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Figura 7 – Time de escola participante posa para foto logo após realizar auditoria cívica



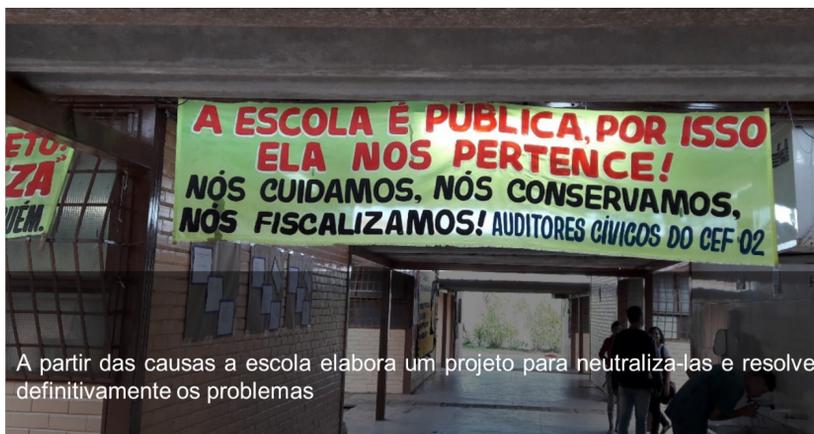
Fonte: Imagem produzida pelo autor

Figura 8 – Faixa confeccionada pelos próprios estudantes durante as atividades do projeto sobre engajamento e civismo



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Figura 9 – Faixa confeccionada por estudantes acerca da mudança de percepção da responsabilidade frente ao equipamento público



A partir das causas a escola elabora um projeto para neutraliza-las e resolver definitivamente os problemas

Fonte: Imagem produzida pelo autor

Figura 10 – Mini desafio oriundo da análise de problemas e suas causas



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Figura 11 – Participantes do Prêmio Escola de Atitude exibem mural realizado na escola após as atividades do projeto

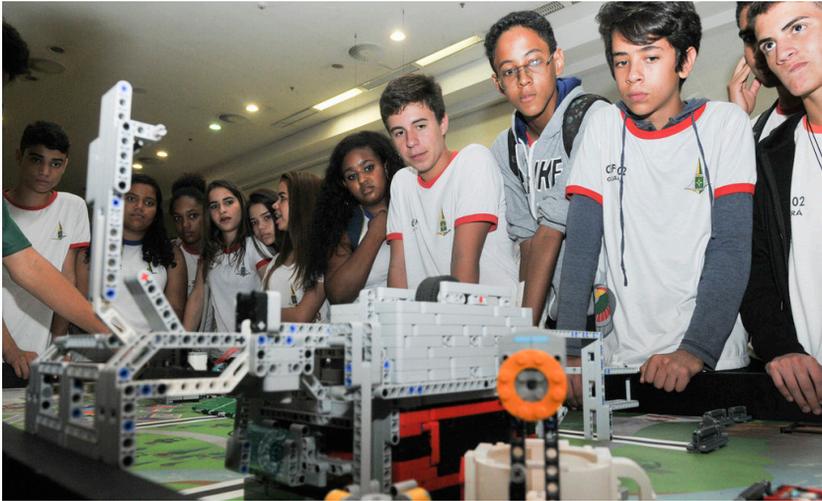


Fonte: Imagem produzida pelo autor

Por que a iniciativa é inovadora?

Foi o primeiro projeto a utilizar uma tecnologia acessível (aparelhos celulares) para realização de uma atividade cidadã. O aplicativo funciona *off-line*, o que aumenta o acesso e permite que a auditoria seja realizada em qualquer escola do Distrito Federal. As auditorias feitas antes do projeto eram realizadas em pranchetas e eram pouco amigáveis. A interação com a tecnologia permitiu ao estudante uma outra perspectiva da escola. Ele passa a perceber que o **público** é, na verdade, dele. Que se ele identificou como problema relevante a depredação da escola, ele deve atuar para evitar sua continuidade, e muitas vezes isso implica que ele mesmo cesse a depredação. Nenhum outro projeto, até então, dá tanto protagonismo ao estudante. Por meio dessa mudança de perspectiva, os estudantes se empoderam, entendendo que eles têm importante papel na vida em sociedade, que eles podem ser ouvidos pelo gestor público e que pouco do que realizaram impactam na cidade como um todo. Isso acontece porque ao longo do processo eles passam a utilizar as ferramentas cívicas como a lei de acesso à informação, o sistema de ouvidoria eletrônico, o sistema E-Sic, bem como desenvolvem projetos para apresentação nas administrações regionais. Por fim, o projeto também inova pois une arte e cultura ao conceito de controle social, envolvendo a comunidade e habilidades artísticas individuais dos estudantes que são chamados a manifestar-se acerca da prática do controle por meio da arte.

Figura 12 – Os estudantes, antes da peça de teatro, assistem à demonstração da liga de robótica do Sesi e se informam sobre como participar



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Figura 13 – A peça de teatro *O auto da barca da cidadania*



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Figura 14 – Quatro mil pessoas assistem à peça de teatro no Centro de Convenções Ulysses Guimarães



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Figura 15 – Front end do aplicativo desenvolvido em parceria com o Instituto de Tecnologia de Massachussets (M.I.T.)



Definir campanha & criar formulário

Defina o foco da campanha, seus objetivos, e os destinatários para os dados coletados. Crie um formulário personalizado para sua coleta.

Coletar dados no campo

Colete fotos, localizações, e respostas no cam aplicativo móvel. Veja as respostas coleta

Fonte: Imagem produzida pelo autor

Resultados e/ou impactos da iniciativa

Três indicadores são utilizados para gerenciar o projeto: número de entregas realizadas/número de entregas planejadas * 100; número de dias de atraso/número total de dias do projeto * 100 com faixas de controle e tolerância de até 10% de atraso; percentual de desvio de execução orçamentária com faixas de controle e tolerância de até 5% de desvio permitido.

Há os indicadores descritivos que impactam diretamente nos indicadores gerenciais – número de escolas capacitadas pelo projeto: 104.

Número de alunos cadastrados como participantes do projeto: 4.000; número de professores cadastrados como participantes do projeto: 280.

Número de problemas resolvidos na unidade escolar/número de problemas identificados na unidade escolar * 100; número de problemas resolvidos em todas as unidades escolares/número de problemas identificados em todas as unidades escolares * 100: 1.350.

Número de problemas passíveis de resolução pela comunidade: aproximadamente 9.000.

Número de problemas passíveis de resolução pela secretaria de educação: aproximadamente 6.000.

Número de pedidos de acesso à informação recebidos no período do projeto: mensuração em andamento.

Número de miniprojetos enviados: 80.

Análise de consistência da ação contida no projeto e sua eficácia na neutralização da causa levantada pela escola: 80.

Número de inscrições escolares realizadas; número de recursos (perguntas) respondidas/número total de perguntas: 50.

Figura 16 – Reforma dos banheiros no CED 310 de santa maria



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Figura 17 – Reforma da entrada da escola CEF 19 de Ceilândia



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Figura 18 – Sistema agroflorestal implementado no CED Taquara



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Houve utilização eficiente dos recursos?

Foram necessários sete servidores públicos com dedicação exclusiva e jornada de quarenta horas semanais para execução das atividades do projeto. Foram necessários três programadores em Java e Python para o desenvolvimento do sistema de inscrição das escolas, do aplicativo de auditoria cívica, do sistema de comunicação com as escolas, do sistema de avaliação das atividades e do sistema de apresentação de recursos por parte das unidades escolares. Foram necessárias parcerias formalizadas por decreto com a secretaria de educação (para apoio ao projeto e pagamento do prêmio), com a Eape (para realização de capacitação de professores), com o centro de convenções do Distrito Federal (para apresentação da peça de teatro sobre controle social e participação). Para montagem da peça foram necessários R\$ 200.000,00 que foram gastos na estrutura de luz, som e, principalmente, na

contratação de logística para deslocamento de mais de cem escolas para o local. Foram necessários dois mil cartazes de divulgação e espaços em rádio e televisão. Foram necessários recursos para concessão de bolsas de mestrado para os professores participantes. Por fim, foram necessários R\$ 140.000,00 para pagamento do prêmio em dinheiro às dez escolas mais pontuadas. O projeto apresenta uma excelente relação custo benefício considerando o número de pessoas impactadas diretamente, o número de escolas visitadas, monitoradas e acompanhadas e, principalmente, a qualidade das atividades desenvolvidas por uma equipe tão pequena.

Parcerias

O Poder Executivo na figura da Secretaria de Educação, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Escola de Governo, da Secretaria de Comunicação e da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação apoiaram a execução das atividades de pré-planejamento como obtenção dos recursos financeiros, formas de pagamento, divulgação, fornecimento das bolsas de mestrado, entre outros. Os professores e diretores escolares atuaram como agentes coordenadores do projeto dando orientações para cada estudante na execução das etapas. O Ministério público do Distrito Federal também participou do projeto auxiliando na divulgação em seus eventos principais. Além disso, contou-se com o apoio de entidades do terceiro setor como a ONG Visão Mundial, a associação dos estudantes secundaristas do Distrito Federal e a ONG Instituto de Fiscalização e Controle. Essas contribuições se deram no sentido de criar interações com os estudantes e reforçar os valores de participação e controle social. Por fim, há a presença do setor privado que na figura de grandes veículos de comunicação como a rede Globo de Comunicação, produtoras de teatro como a Mapati produções culturais e universidades como o Instituto de Educação Superior de Brasília ajudaram na

divulgação e formatação das atividades, como a peça teatral. Cabe ressaltar a figura do governador do Distrito Federal que definiu o projeto como prioritário no acordo de resultados do governo.

Participação dos beneficiários

Os beneficiários também compreendem o público-alvo direto do projeto. Ao longo de todas as atividades o foco da equipe foi no intuito de tornar o projeto uma prática autônoma e sustentável. Isso só foi possível pelo envolvimento direto dos estudantes na execução de todas as atividades. É possível notá-los atuando como gerentes do projeto, coordenadores de equipes, planejadores, avaliadores e, principalmente, auditores. Em diversas ocasiões foram realizados eventos para arrecadação de fundos destinados aos projetos, eventos que se sustentaram graças ao envolvimento direto da comunidade do entorno da escola. Pais, mães, mas também moradores e cidadãos fora da comunidade escolar frequentaram os eventos, além de comparecerem na etapa de apresentação do relatório gerencial à própria comunidade e no levantamento das causas dos problemas. Há o relato de uma mãe que abriu um pedido de acesso à informação para descobrir o motivo de seu filho, portador de deficiência física, não estar sendo atendido nos módulos especiais destinados a esse ensino, pouco depois o estudante foi atendido. Há também o caso da construção de calçada na comunidade após mobilização dos estudantes que visitaram o administrador regional e cobraram a realização da obra.

Figura 19 – Membro da comunidade na plantação criada em uma escola rural, a plantação gera empregos para os próprios pais que são estudantes do EJA na mesma escola



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Figura 20 – Estudantes com o administrador regional e a calçada sendo construída, ao fundo



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Mecanismos de transparência e controle social

O projeto é direcionado principalmente ao controle social. Portanto, reforçou-se durante sua execução a necessidade de ser completamente transparente quanto à utilização de recursos, sua origem, seu montante e sua destinação. Isso aparece pela primeira vez no regulamento do prêmio, antes mesmo de iniciar-se as inscrições. Há também a existência de um *hotsite* <www.controladorianaescola.df.gov.br> que foi responsável por todas as atualizações em relação às atividades desenvolvidas. Criou-se uma linha direta dos professores responsáveis pelo projeto na escola e a equipe da controladoria para todos e quaisquer esclarecimentos necessários. Foi realizada a atividade **tarefa especial** que solicitava aos participantes a gravação de um vídeo de até três minutos sobre a lei de acesso à informação. Foram recebidos mais de cem vídeos e todos se valeram de manifestações artísticas como música, dança e dramatizações (pelos próprios alunos) como forma de expressão. No dia da peça teatral os participantes, 4 mil, passaram por uma série de *stands* de expositores convidados, sendo que um deles, a ouvidoria do Distrito Federal, explicou suas atividades e a forma de se valer do sistema eletrônico aos estudantes, e outro, o setor responsável pelo portal de transparência do Distrito Federal, que também distribuiu materiais e trabalhou os mecanismos de avaliação. Por fim, há a atividade de auditoria cívica, que por si só é o mecanismo de controle da política pública de educação.

Figura 21 – Estudantes auditam a merenda escolar



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Grau de replicabilidade

Um estado da federação do Brasil já replicou a metodologia, o estado de Minas Gerais. Um segundo estado, o Espírito Santo, já confirmou que implementará o projeto em 2018 com o apoio do Ministério Público do estado e de uma empresa patrocinadora. Os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo estão realizando análises e estudos de *benchmark* para ter a viabilidade da replicação, até o presente momento todos os estudos foram favoráveis a replicações nesses estados. Por fim, o M.I.T. levou as práticas realizadas para os Estados Unidos por meio de várias apresentações dos resultados do projeto. Como o projeto apresenta um custo benefício excelente e alto impacto social, além de fornecer abertamente todas as informações e ferramentas, a possibilidade de replicabilidade da metodologia é alta. Para

o ano de 2018 serão duzentas escolas contempladas e almeja-se a difusão da política pública para, pelo menos, mais cinco estados.

Grau de sustentabilidade

A iniciativa é sustentável porque atua diretamente na melhoria das escolas públicas do Distrito Federal, ou seja, a comunidade escolar é a grande beneficiada. Isso faz com que não haja desafios à sustentabilidade social, quase sempre haverá uma comunidade escolar, quase sempre haverá o interesse de melhorar a escola e de agir coletivamente para isso. Quanto à sustentabilidade econômica, o projeto tem dois grandes gastos, a saber: a peça teatral sobre controle e participação e o dinheiro para premiação. Em caso de não obtenção de recursos financeiros para execução dessas etapas as peças teatrais poderão ser realizadas nas próprias escolas, pois o roteiro e os documentos são compartilhados com essas. Já o prêmio, as escolas que participaram do projeto alegaram ter aderido, inicialmente, em função da premiação em dinheiro, mas após a realização das atividades elas disseram que o prêmio não é nem deve ser o principal incentivo. Em um *survey* realizado para determinar quantas escolas participariam do projeto em 2018, 100% das escolas afirmaram que participarão independentemente da existência da premiação em pecúnia. Por fim, não há impacto ambiental oriundo do projeto, pelo contrário, várias ações da comunidade escolar ajudam a melhorar o meio ambiente nas dependências da escola, como destinação correta de entulhos, compostagem, horta, sistemas agroflorestais, cultivo de mudas de árvores nativas, entre outros.

Figura 22 – Horta criada pelos estudantes do CEF 404 de Samambaia



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora?

É preciso considerar, no planejamento e na execução do projeto, todos os riscos relativos ao direito administrativo brasileiro, que regula a atividade da administração pública no Brasil. Impedimentos burocráticos visando uma administração ideal nos moldes weberianos acontecem todos os meses, ocasionando dificuldades em realizar as atividades mais simples, como imprimir os cartazes de divulgação. Em nome do controle legal o Brasil perde muita capacidade executiva, e com isso os prazos planejados dificilmente são respeitados. Tais atrasos oriundos das regras e processos formais implicaram diretamente no atraso da abertura das inscrições e no início do projeto. As escolas inicialmente teriam um intervalo de oito meses para executar, mas por conta do atraso tiveram de ser executadas em quatro meses. Especificamente,

atrasos burocráticos se materializaram da seguinte maneira: houve necessidade de parcerias com a Secretaria de Educação, que necessitou de articulações políticas. Houve dificuldades no pagamento aos fornecedores na peça teatral. Houve necessidade de descentralização orçamentária, que por pouco não foi aprovada. Houve necessidade de estar presencialmente em mais de 150 escolas na etapa de inscrições, mesmo não havendo locomoção oficial e equipe para tanto. Houve dificuldades na utilização do sistema pelas escolas em função da ausência de internet no local, bem como a greve de professores.

Quais barreiras foram vencidas e como?

Todas as barreiras foram vencidas, o projeto superou todas as metas finalísticas e intermediárias. Isso aconteceu devido a quatro fatores principais: o primeiro, a liderança (manifesta por intermédio da figura do patrocinador do projeto), que é o secretário de estado e controlador geral do Distrito Federal. Apesar de sua agenda cheia e atividades de controle interno ele atuou de forma a derrubar todas as barreiras que fugiram da autonomia dos gerentes, bem como trouxe parceiros importantíssimos para as atividades, ressaltando a importância da liderança do subcontrolador de transparência e controle social, que atuou todos os dias junto à equipe do projeto. O segundo fator foi o conhecimento técnico da equipe que trabalhou noite e dia para que todas as entregas apresentassem qualidade acima do esperado. O terceiro fator foi a utilização das boas práticas de gerenciamento de projetos constantes no PMBOK, administrando atrasos, realocando recursos e planejando atividades, todos sabiam o que deveriam fazer, onde, até quando e como. Por fim, o quarto e mais importante fator: a participação do público-alvo. Isso deu força política para o projeto possibilitando destaque frente às demais iniciativas de controle social da mesma controladoria. O envolvimento e a entrega dos estudantes, professores, diretores e comunidade escolar, sem dúvida, surpreendeu a todos.

Isso demonstrou que é possível construir coletivamente ações que beneficiam toda a sociedade, e que isso não acontece com mais frequência apenas por escassez de iniciativas.

Quais foram os fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora descrita?

Quanto à tecnologia, a abertura do M.I.T. em trabalhar junto ao projeto, inclusive reprogramando diversas funcionalidades, como a capacidade de o aplicativo funcionar *off-line* e o fato de que a maioria dos estudantes têm acesso ao *smartphone* contribuiu para o sucesso da inovação. Outro fator é o fato de que houve resultados de fato, 1.350 problemas resolvidos em um projeto de quatro meses fizeram com que a inovação denominada **controle social** fosse aceita por muitas pessoas do próprio público-alvo. A parceria com a Secretaria de Educação foi imprescindível, pois por intermédio do decreto-lei que regulamenta o programa de descentralização administrativa financeira (PDAF) foi possível executar o orçamento e premiar as escolas. Além disso, membros da educação foram os atores voluntários da peça, trabalharam na divulgação e nas inscrições. Outros servidores de fora da subcontroladoria, que possui a gerência do projeto, também estiveram presencialmente nas escolas e realizaram a avaliação necessária para determinação das escolas vencedoras. Houve, é claro, o fator prêmio que funcionou como incentivo inicial para a adesão voluntária das escolas, mas que ao final do projeto declararam que não se importavam em ser premiadas ou não, uma vez que muitas externalidades já haviam se manifestado durante as atividades do projeto. Por fim, a performance gerencial e executiva da equipe, que saltou de oito escolas no modelo-piloto realizado em 2016 para 104 no projeto executado em 2017.

Links

Links de vídeo/áudio da iniciativa:

<https://www.youtube.com/watch?v=_TClogcXZr0&feature=youtu.be>.

Links de vídeo/áudio com depoimento de beneficiário:

<<https://www.youtube.com/watch?v=L95b7E01ABo&t=4s>>.

Responsável institucional

Henrique Moares Ziller

Controlador-geral

Endereço

Zona cívico-administrativa – Palácio do Buriti (governo do Distrito Federal)

Praça do Buriti, Sala 1.300

Brasília-DF – 70.075-900.

Data do início da implementação da iniciativa

10/01/2017